



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Data da reunião: 08/05/2024

Presidente: Senador Humberto Costa

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PL 1122/2021</p> <p>Ementa: Altera o art. 268 do Código Penal para criar a qualificadora do crime de infração de medida sanitária preventiva durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência, decretados pela União, Estado ou Município em razão de epidemia.</p> <p>Autoria: Senador Rodrigo Pacheco</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Alessandro Vieira	Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.	<p>O projeto visa a estabelecer que a prática de infração sanitária durante a vigência de estado de calamidade pública ou situação de emergência decretadas oficialmente em razão de epidemia ensejará pena de reclusão, de 6 meses a 3 anos.</p> <p>O relator é favorável à proposição e à Emenda nº 1-CAS, que altera a pena de reclusão para detenção, de 6 meses a 3 anos. Também apresenta emenda de redação.</p> <p>1- Em 21/02/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato.</p> <p>2- Em 28/02/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.</p> <p>3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.</p>
2	<p>PL 2028/2020</p> <p>Ementa: Destina 80% (oitenta por cento) dos valores referentes ao produto ou proveito decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de drogas ou de lavagem de dinheiro, apreendidos ou recuperados no Brasil ou no exterior, para ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).</p> <p>Autoria: Senador Confúcio Moura</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Alessandro Vieira	Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.	<p>O PL pretende destinar 80% dos valores referentes ao produto ou proveito decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de drogas ou de lavagem de dinheiro, apreendidos ou recuperados no Brasil ou no exterior, para ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).</p> <p>O relator manifesta-se pela prejudicialidade da proposição, por não mais estar vigente o estado de calamidade de saúde pública referido no projeto.</p> <p>1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, com parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do projeto.</p> <p>2- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.</p> <p>3- A matéria consta da pauta desde a reunião de 06/03/2024.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p>PL 2846/2020</p> <p>Ementa: Altera o art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o art. 96 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar os crimes de peculato qualificado e de hipótese qualificada do crime de fraude em licitação ou contrato administrativo, quando a conduta recair sobre bens, valores ou mercadorias destinadas ao combate de epidemia, bem como para tornar as referidas condutas crimes hediondos.</p> <p>Autoria: Senador Zequinha Marinho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Sérgio Petecão	Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.	<p>O PL tem por objetivo alterar o Código Penal e as Leis 8.666/1993 e 8.072/1990, para tipificar o crime de peculato qualificado, quando a conduta recair sobre dinheiro, valor ou bem móvel destinado ao combate a epidemia. Prevê a pena de reclusão de 10 a 25 anos e multa. Também com as mesmas penas, cria modalidade qualificada do crime de fraude em licitação ou contrato administrativo, quando a conduta recair sobre bens, valores ou mercadorias destinadas ao combate de epidemia, e torna as referidas condutas crimes hediondos.</p> <p>O relator apresenta duas emendas. A primeira pretende tornar hediondos também os crimes de concussão, corrupção ativa e corrupção passiva, quando cometidos em situação de calamidade pública e estiverem relacionados às medidas de enfrentamento dessa situação. A segunda emenda visa a atualizar a redação da qualificadora de que trata o art. 2º da proposição em análise, conforme a nova Lei de Licitação (Lei 14.133/2021), e prever tipos qualificados dos crimes licitatórios de contratação direta ilegal, de frustração do caráter competitivo de licitação e de fraude em licitações e contratos.</p> <p>1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 24/04/2024. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.</p>
4	<p>PL 1108/2021</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos da automedicação.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senadora Damares Alves	Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.	<p>O projeto visa a alterar a Lei Orgânica da Saúde, para determinar que os gestores de todas as esferas do SUS realizem campanhas sobre os riscos da automedicação, especialmente no que tange ao uso de antimicrobianos e de medicamentos de controle especial.</p> <p>A relatora é favorável ao PL e apresenta emenda de redação, para esclarecer que o art. 19-V, a ser acrescido pelo presente projeto, fará parte do Capítulo VIII do Título II da Lei 8.080/1990.</p> <p>A matéria consta da pauta desde a reunião de 06/03/2024.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PL 2192/2022 Ementa: Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] PL 786/2021 Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio. Autoria: Senador Fabiano Contarato [tramitação] Não Terminativos	Senadora Teresa Leitão	Favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com uma emenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que tramita em conjunto.	<p>O PL 2192/2022 pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.</p> <p>O PL 786/2021 se propõe a alterar a LDB para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares, bem como para prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.</p> <p>A relatora é favorável ao PL 786/2021, com emenda de redação para renumerar o §11 proposto ao art. 26 da LDB como §12. Quanto ao PL 2192/2022, a relatora manifesta-se pela sua rejeição, por estar prejudicado, uma vez que a matéria já foi contemplada pela aprovação da Lei 14.164/2021, que incluiu nos currículos os conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher.</p> <p>1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, e contrário ao Projeto de Lei nº 2192, de 2022. 2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 24/04/2024. 3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.</p>
6	PL 10/2022 Ementa: Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho. Autoria: Senador Chico Rodrigues [tramitação] Terminativo	Senador Paulo Paim	Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.	<p>O PL altera o Capítulo II-A da CLT, que trata do teletrabalho, para incluir a regulamentação do regime híbrido de trabalho. Prevê que, no regime de teletrabalho, há preponderância da prestação de serviços fora das dependências do empregador; enquanto que, no regime híbrido, há alternância entre a prestação de serviços em condições de teletrabalho e a prestação presencial de trabalho nas dependências do empregador.</p> <p>O relator entende que o projeto está prejudicado, por ter perdido a oportunidade, uma vez que a Lei 14.442/2022 já alterou o art. 75-B da CLT, dispondo sobre o teletrabalho.</p> <p>1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. 2- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015. 3- A matéria consta da pauta desde a reunião de 06/03/2024.</p>
7	PL 3466/2023 Ementa: Institui o Dia Nacional do Hematologista e do Hemoterapeuta. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Zenaide Maia	Favorável ao Projeto.	<p>O PL tem o objetivo de instituir o Dia Nacional do Hematologista e do Hemoterapeuta, a ser comemorado anualmente em 29 de outubro.</p> <p>A matéria consta da pauta desde a reunião de 24/04/2024.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	PL 858/2024 Ementa: Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS. Autoria: Senador Confúcio Moura <u>[tramitação]</u> Não Terminativo	Senador Marcelo Castro	Não apresentado.	<p>O projeto prevê a criação do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS), que é um fundo contábil, de natureza financeira, com a finalidade de assegurar recursos para o financiamento de investimentos em infraestrutura social (equipamentos e serviços públicos) nas áreas de educação, saúde e segurança pública. Elenca os recursos constitutivos do FIIS; determina que será administrado por um comitê gestor coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, cuja constituição e composição serão especificadas em regulamento e estabelece duas modalidades possíveis de aplicação dos recursos do fundo: em apoio financeiro reembolsável mediante os instrumentos utilizados pelo agente financeiro; e em apoio financeiro não reembolsável a projetos de investimento em educação, saúde e segurança pública. Ademais, estabelece que o financiamento concedido com recursos do FIIS terá as garantias cabíveis definidas a critério do agente financeiro, e determina como agente financeiro do Fundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que poderá habilitar outros agentes financeiros ou Financial Technologies (Fintechs), públicos ou privados, para atuar nas operações de financiamento com recursos do FIIS, desde que os riscos da atuação sejam suportados por esses agentes. Por fim, dispõe sobre a aprovação de financiamento com recursos do FIIS e obriga o BNDES a apresentar, anualmente, ao Comitê Gestor do FIIS, relatório circunstanciado sobre as operações de financiamento com recursos do FIIS, e tornar públicas informações sobre as operações em sítio público.</p> <p>Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.</p>

Item	Identificação da matéria
9	REQ 20/2024 - CAS Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as doenças bolhosas autoimunes, que são doenças de baixa incidência, mas de alta morbidade (elevado impacto da doença) e, por vezes, letais. Autoria: Senador Dr. Hiran
10	REQ 21/2024 - CAS Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica. Autoria: Senador Dr. Hiran
11	REQ 50/2024 - CAS Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre doenças raras e suas novas tecnologias como desafio significativo para a saúde pública. Autoria: Senador Dr. Hiran

Item	Identificação da matéria
12	REQ 37/2024 - CAS Ementa: Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Recife-PE e Região Metropolitana do Recife, com o objetivo de visitas in loco e reunião pública para, em uma segunda etapa, verificar situação de precariedade e periculosidade quanto à moradia no que pertine aos prédios-caixão daquela Região Metropolitana, discutir a problemática renitente que atinge o Estado por décadas e debater soluções e avanços para a questão. Autoria: Senador Humberto Costa
13	REQ 49/2024 - CAS Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 3933, de 2023, que dispõe "Dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo Sistema Único de Saúde e institui a Semana Nacional de conscientização para mulheres na menopausa ou em climatério". Autoria: Senadora Teresa Leitão

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.